



Gestão 2023-2026

Ata da Reunião Ordinária do colegiado Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica de Itaperuna, CACS FUNDEB, que aos três dias do mês de julho de dois mil de vinte e cinco, as nove horas e nove minutos, na sede do Conselho, situado a Rua Cel. Romualdo Monteiro de Barros, 23, Bairro Cidade Nova, Itaperuna – RJ, em primeira e única convocação para tratar das pautas: Análise da Conjuntura; Servidor(a) para a Secretaria Executiva; Informes da Comissão de Finanças; Informes Membros da Comissão das Creches; Informes da Comissão de Transportes; Informes da Comissão Legislação/ Pedagógica; Substituição do Conselheiro Marcos Odone; SISCACS; Assuntos Gerais. Participaram os seguintes conselheiros: Roseli Teixeira Gomes Barros, Quésia Ribeiro de Azevedo, João Manoel Magalhães Cruz, José Luiz Ribeiro, Ivana Menezes Silva Barros, Pedro da Silva Rodrigues, Victor José Dias Ramos, Rilma França Pereira, Celso Nunes de Oliveira, Marcio de Oliveira Monteiro, Sheila Maria Azevedo de O. Borgati. Estiveram também presentes o Subprocurador do Município, Eucimar de Souza, o Tesoureiro da Secretaria Municipal de Educação, Petterson Farias de Souza e a Secretária Municipal de Educação, Alice Alt Bittencourt Nascif Mendes. O presidente professor Celso Nunes de Oliveira, cumprimentou a todos os presentes, agradeceu pela participação da Secretária e de toda a sua equipe, ressaltando que esta é a primeira vez que um Secretário participa de uma reunião do Conselho o que representa um marco importante para o fortalecimento do diálogo entre as instituições, destacando a relevância da manutenção de uma comunicação constante entre o Conselho e a Secretaria. Em seguida, procedeu-se à apresentação dos demais presentes à Secretária, a qual também se apresentou. Na oportunidade, o presidente registrou que este é o primeiro ano em que a Secretaria Municipal de Educação efetuou o pagamento do piso salarial dos profissionais da educação já na folha de janeiro, sem qualquer questionamento. Tal iniciativa foi reconhecida como um importante avanço, indicando que as ações da pasta começam a se alinhar e seguir o rumo esperado. Ressaltou-se também a importância do canal de diálogo que tem sido mantido com o setor de Contabilidade, agradecendo ao Petterson pela atenção e disponibilidade, destacando que as informações solicitadas pelo Conselho têm sido prontamente atendidas, o que fortalece a transparência e a parceria entre os setores. Ato contínuo, foi destacado que a nova legislação trouxe atribuições adicionais ao Conselho, diferentemente da norma anterior, que era mais conhecida pelos gestores e técnicos. Ressalta-se que é uma prática recorrente a requisição de documentos, visto que tais informações são objeto de fiscalização. Ressaltou-se também a importância do sistema SISCACS, que deve ser alimentado mensalmente com dados atualizados, o que não

tem ocorrido tendo em vista a falta de servidor. Nesse contexto, foi solicitado à Secretaria a designação de um servidor para compor a Secretaria Executiva do Conselho. Em resposta, foi informado que há uma servidora disponível para indicação imediata vindo de readaptação. No tocante à conjuntura educacional, foi feita uma análise da situação nacional e estadual, especialmente em relação ao Plano Nacional de Educação, que se encontra paralisado há dois anos no Congresso Nacional. Até o momento, não houve consenso quanto ao texto final, o qual já acumula mais de três mil emendas. Adicionalmente, foi mencionado que o Senado Federal aprovou uma Medida Provisória redirecionando parte dos recursos oriundos do pré-sal — inicialmente previstos para complementar os 10% de investimento na educação — para o setor de moradia popular. Diante desse cenário, alertou-se sobre a necessidade de atenção redobrada da Comissão Pedagógica local, sobretudo no momento em que se inicia a revisão e discussão do Plano Municipal de Educação, a fim de que a chamada cláusula econômica não passe despercebida. A Secretária compartilhou sua participação na ALERJ, junto à comissão responsável pela análise do Plano Nacional de Educação. Foram relatadas as dificuldades enfrentadas na consolidação do texto, reforçando que há uma grande indefinição e desorganização nas discussões. Por fim, ressaltou-se que, no âmbito local, os trabalhos para implementação do plano já estão em andamento. Quanto à pauta de finanças, foi informado que, no âmbito da Comissão de Finanças, em parceria com o setor de Contabilidade, foi repassado um resumo referente às folhas de pagamento do período de janeiro a junho de 2025, bem como o saldo atual da conta do FUNDEB, com o objetivo de facilitar a análise dos processos que vierem a ser encaminhados ao Conselho. Na oportunidade, o tesoureiro Petterson presente à reunião fez a entrega ao Colegiado de cópia do documento que comprova o ressarcimento dos valores devidos ao FUNDEB, oriundos da gestão anterior, comprovando ter sido pago pela atual gestão. Nos informes da Secretaria de Finanças, foi destacado que, em maio, a Contabilidade respondeu sobre o prazo de 180 dias para o envio da prestação de contas ao FUNDEB. Esse foi, inclusive, um dos motivos que justificaram a ausência de reunião no mês de junho, uma vez que se aguardava o envio da referida prestação para que fosse possível emitir o parecer. Reforçando o espírito de cooperação entre os setores, foi sugerido que, ao final de cada bimestre, os processos e despesas relacionadas ao FUNDEB sejam encaminhados em até 30 dias, a fim de não ultrapassar demasiadamente os prazos. Essa prática visa otimizar a análise por parte do Conselho, especialmente diante da ausência de uma secretária executiva com acesso direto aos sistemas, o que torna ainda mais necessário que os processos cheguem para sua regular tramitação. Em relação à Comissão das Creches, foi destacado que o grupo tem se mostrado coerente, demonstrando responsabilidade e compromisso com suas atribuições. Foi relatada, com ênfase, a situação das creches localizadas em Itaperuna, sendo considerada uma questão urgente, tendo em vista que, historicamente, a unidade não cumpre adequadamente sua função de atendimento à educação infantil, operando quase integralmente por meio de parcerias. Na última reunião da Comissão, foi proposta a realização das visitas técnicas em turnos distintos, com o objetivo de

verificar, de forma mais precisa, a frequência das crianças, bem como confrontar as informações com os dados do mapa estatístico. Constatou-se que, em muitos casos, a estrutura física das unidades não corresponde ao padrão ideal previsto, sendo ressaltado que a mantenedora também possui responsabilidades quanto às condições oferecidas. Nesse contexto, surgiu a proposta para que as creches funcionem em horário integral, o que demanda ainda mais atenção quanto à adequação dos espaços e à infraestrutura disponível. Quanto à documentação exigida, reforçou-se a necessidade de que todas as creches parceiras apresentem integralmente os documentos solicitados, condição indispensável para a avaliação criteriosa por parte da Comissão. No que diz respeito ao chamamento público para o exercício de 2026, foi proposta a antecipação do processo, considerando que no mês de janeiro grande parte das equipes técnicas se encontra em período de férias. A meta estabelecida é que o edital seja publicado até o mês de setembro. A Comissão encontra-se, no momento, em discussão sobre o modelo de chamamento a ser adotado, tendo sido repassadas versões preliminares aos órgãos competentes, a fim de que possam se manifestar e contribuir com sugestões para o aprimoramento do processo. Além disso, destacou-se a importância de promover, a cada dois anos, um seminário reunindo todos os Conselhos envolvidos com a educação, com o objetivo de discutir temas centrais como o papel do Conselho Nacional de Educação, a aplicação dos recursos do FUNDEB, a atuação das instituições conveniadas e demais aspectos relevantes da política educacional. Outro ponto de pauta abordado foi o recurso do PNAT. Ressaltou-se que o acompanhamento do transporte escolar implica custos elevados, dificultando sua execução plena. Diante disso, foi sugerida a reserva de dois sábados em julho para a realização de uma avaliação detalhada da frota utilizada no transporte escolar, incluindo ônibus e kombis, a fim de garantir maior controle, segurança e regularidade na prestação do serviço. A proposta será encaminhada ao Setor de Transporte para apreciação e possível implementação. Em relação à substituição do Conselheiro Marcos Odone, faz-se necessário que o SEPE indique um novo representante, tendo em vista que o referido conselheiro apresentou carta solicitando seu desligamento dos Conselhos. Ademais, foi discutida a situação das escolas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), com destaque para o crescente esvaziamento das turmas. Apontou-se que uma das principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes é a falta de condições adequadas de locomoção, o que compromete o acesso e a permanência na escola. Observou-se, ainda, que a estrutura disponível não tem acompanhado as necessidades específicas dessa modalidade de ensino, sendo sugerido que a busca por alternativas de transporte seja um ponto de partida para a reversão desse quadro. Em relação ao PDDE EJA, foi informado que nenhuma escola, até o momento, aderiu ao programa. A conselheira Quésia comprometeu-se a estudar o tema com maior profundidade para verificar a viabilidade de adesão. No que diz respeito ao volume de processos a serem encaminhados ao CACS-FUNDEB, foi questionado qual seria o procedimento mais adequado para a análise dos mesmos. Em resposta, foi esclarecido que não há necessidade de envio integral de todos os processos físicos. O ideal é que

seja encaminhada, a cada fechamento de bimestre, a prestação de contas contendo os documentos essenciais: razão do credor, relação de empenhos, relação de pagamentos e extrato da conta vinculada ao FUNDEB. A partir dessa documentação, o Conselho poderá solicitar, pontualmente e de forma justificada, o envio de processos físicos específicos que se mostrem necessários à análise detalhada. Ao final, a Secretária comentou sobre a importância da agricultura familiar e destacou a necessidade de priorizar os pagamentos destinados aos fornecedores enquadrados nessa categoria. Informou que, embora ainda não tenha sido possível regularizar totalmente a situação, a equipe está empenhada em resolver as pendências e que quaisquer avanços ou definições serão devidamente comunicados. O presidente agradece mais uma vez a participação de todos(as). Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião.



**CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE
MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA
EDUCAÇÃO – CACS-FUNDEB.**

Lista de Presença: Reunião Extraordinária 03 de julho de 2025

Rep. Poder Executivo Municipal		
Condição	Nome	Assinatura
Titular	Roseli Teixeira Gomes Barros	RBarros.
Suplente	Rosineia Gomes da Rocha Cabral	
Titular	Quésia Ribeiro de Azevedo	
Suplente	João Manoel Magalhães Cruz	João Manoel Magalhães Cruz
Rep. Professores da Educação Básica Pública		
Condição	Nome	Assinatura
Titular	José Luiz Ribeiro (Vice-Presidente)	José Luiz Ribeiro
Suplente	Ivana Menezes Silva Barros	Ivana Barros
Rep. Diretores das Escolas Básicas Públicas		
Condição	Nome	Assinatura
Titular	Pedro da Silva Rodrigues	Pedro Rodrigues
Suplente	Victor José Dias Ramos	Victor José Dias Ramos
Rep. Servidores Técnicos Administrativos das Escolas Básicas Públicas		
Condição	Nome	Assinatura
Titular	Marcos Paulo Odone	XX
Suplente	Maykeverson Almada Coutinho	
Rep. Pais dos alunos da Educação Básica Públicas		
Condição	Nome	Assinatura
Titular	Rilma França Pereira	Rilma França Pereira
Suplente	Eduardo Real Lino Silva	
Rep. Pais dos alunos da Educação Básica Pública		
Condição	Nome	Assinatura
Titular	Welisson de Jesus de Freitas	
Suplente	Marilene Pereira Dias Bastos	

Rep. Estudantes da Educação Pública Fundamental		
Condição	Nome	Assinatura
Titular	Sandra da Silva Gama	
Suplente	Adriana Marcilio Bolele	
Rep. Estudantes da Educação Pública Secundarista		
Condição	Nome	Assinatura
Titular	Luiz Henrique Braga da Silva Gomes	
Suplente	-----	-----
Rep. Conselho Municipal de Educação		
Condição	Nome	Assinatura
Titular	Maria da Penha Sgró	
Suplente	Maria Aparecida de Figueiredo	
Rep. Conselho Tutelar de Itaperuna		
Condição	Nome	Assinatura
Titular	Erica Maria Beiral Satolo Chaves	
Suplente	Edimara Lanes Dias	
Rep. Organização da Sociedade Civil		
Condição	Nome	Assinatura
Titular	Celso Nunes de Oliveira (Presidente)	<i>Celso Nunes</i>
Suplente	Carla Cristina do Carmo Buy	
Rep. Organização da Sociedade Civil		
Condição	Nome	Assinatura
Titular	Marcio de Oliveira Monteiro	<i>Marcio de Oliveira Monteiro</i>
Suplente	Luís Almir Pontes Ramos	
Rep. Escolas do Campo		
Condição	Nome	Assinatura
Titular	Elazir Cristina Boechat Dias Esposti	
Suplente	Sheila Maria Azevedo de O. Borgati	<i>Sheila Maria A. de O. Borgati</i>

DEMAIS VISITANTES		
Cargo	Nome	Assinatura
SubProcurador	Eucimar de Souza Nóbrega	<i>Eucimar de Souza Nóbrega</i>
Procurador	Pedro Lacerda de Souza	<i>Pedro Lacerda de Souza</i>
Secretária de Educação	Alicia Att Bittencourt Nascif Mendes	<i>Alicia Att Bittencourt Nascif Mendes</i>

Secretária Executiva CACS FUNDEB		
Nome		Assinatura